

# NOTAS PARA UMA ONTOLOGIA RELACIONAL DEFLACIONÁRIA OU NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA: DE SCHELLING A PLATÃO

Eduardo Luft\*

**SÍNTESE** – As filosofias de Platão e Schelling têm como traço comum o projeto de construção de uma ontologia relacional. Sua grande divergência reside na compreensão do princípio filosófico capaz de fundar tal ontologia. A Filosofia da Identidade do jovem Schelling está ancorada na atividade de autodesdobramento da subjetividade absoluta. A crítica a esta teleologia do incondicionado exigirá um renovado diálogo com a filosofia platônica. O autor encontra no *Filebo* platônico a inspiração para o desenvolvimento de uma possível ontologia deflacionária.

**PALAVRAS-CHAVE** – Ontologia relacional. Ontologia deflacionária. Platão. Schelling.

**ABSTRACT** – The philosophies of Plato and Schelling have in common the project of construction of a relational ontology. They diverge in the comprehension of the philosophical principle that grounds this ontology. The philosophy of identity, created by the young Schelling, is grounded in the activity of self-unfolding of the absolute subjectivity. The criticism on this teleology of the unconditioned demands a renewed dialog with the platonic philosophy. The author finds in Plato's *Philebos* the inspiration for the development of a deflationary ontology.

**KEY WORDS** – Relational ontology. Deflationary ontology. Platô. Schelling.

## 1 Para uma ontologia relacional

1. Schelling compartilha com Platão – e também com Fichte e Hegel – um pressuposto primeiríssimo em filosofia: *todas as determinações pressupõem relações*. Isso quer dizer que nada, nenhuma entidade na esfera do ser ou do pensamento possui determinação por si mesma, isolada de todas as demais. Já desse simples pressuposto pode-se derivar algumas conclusões. Por exemplo: quem aceita uma ontologia relacional precisa pressupor uma abordagem holista em filosofia. Tomemos como exemplo a *Lógica* hegeliana: para Hegel, uma categoria somente pode ser determinada através de sua relação com outras categorias. Mas essa reivindicação poderia ser levada ao infinito: a categoria A somente tem de-

\* Doutor. Professor da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

terminação por sua relação com a categoria B, que por sua vez depende da categoria C, e esta de D, e assim por diante. É impossível estabelecer qualquer determinação se e enquanto mantivermos o pressuposto básico de uma cadeia linear de determinação. Para que determinações sejam instauradas em um contexto relacional, é preciso pressupor uma cadeia circular de determinação, ou seja, as partes possuem determinação enquanto instanciadas por uma totalidade da qual são momentos – do que segue o holismo anteriormente mencionado. Por sua vez, a própria totalidade não é senão a unidade gestada pela teia complexa das relações das partes entre si. Considerá-la como algo independente das relações dadas entre as partes seria postular a presença de uma determinação concebida de modo atomista, o que contradiria o pressuposto primeiro levantado anteriormente.

2. Devemos dizer que a teoria platônica das formas é uma ontologia relacional:<sup>1</sup> cada forma possui sua determinação pela relação com outras formas. Mas a defesa de uma ontologia relacional por Platão conduz a um enigma intrigante. Não é verdade que a teoria das formas é o núcleo duro da tentativa platônica de reduzir o Múltiplo ao Uno, fornecendo ordem – mesmo que não absoluta – ao mundo sensível? As formas não são justamente o padrão comum a diversos seres, padrão este que atua como fator limitador da potencialmente infinda multiplicação de determinações na esfera sensível? Todavia, se também as formas agora dependem, para obter sua própria determinação, da relação com outras formas, então o enigma do Múltiplo foi transferido da esfera sensível para a inteligível: uma forma dependeria de outra, e assim ao infinito, ou seja, pressuporíamos uma pluralidade infinita de formas. Como Platão responde a esta questão? A resposta é o holismo. Quando dizemos que uma forma depende de outra para obter determinação, precisamos impedir que a cadeia de determinação seja instaurada linearmente e, portanto, se perca no infinito. Uma forma não está relacionada com qualquer outra forma, mas apenas com um número determinado de outras formas, formando um complexo de determinações, ele mesmo concebido como uma forma, a totalidade que instancia as formas de nível inferior como seus momentos. Se este complexo de formas está relacionado, por sua vez, com novos complexos, precisamos concebê-los como momentos de uma totalidade ainda mais abrangente, até que as formas mais universais sejam obtidas, e a esfera inteligível esteja adequadamente configurada.

3. Temos agora uma interpretação possível do modo como Platão levou a cabo o seu projeto, solucionando o enigma do Múltiplo que havia ressurgido e ameaçava pôr em xeque a ordem inerente à esfera inteligível. Uma forma não pode instanciar um número irrestrito de outras formas, pois deste modo a forma instanciadora não possuiria qualquer determinação, esvaziando-se em pura desordem. Sendo assim, do mesmo modo como os seres sensíveis contavam com a forma como fator limitante de sua potencialmente infinita dispersão, não necessitam as

---

<sup>1</sup> Sobre o caráter relacional da ontologia platônica e sua contraposição a concepções atomísticas, cf. S. Scolnicov, "Platão contra o atomismo lógico", texto incluso no presente número da Revista *Veritas*.

próprias formas pressupor um fator limitante anterior? A teoria das formas precisa, então, ela mesma de uma fundamentação ulterior? No *Filebo*, Platão afirma: “[...] de Uno e Múltiplo seja (feito) tudo aquilo que sempre se diz que é, e contenha em si combinados o limite e o ilimitado [*péras de kai apeirian*]”.<sup>2</sup> Seriam limite e ilimitado os primeiros princípios buscados?<sup>3</sup> Sigamos esta linha de interpretação. Nesse caso, toda determinação resultaria de uma limitação do sem limite: uma dada totalidade inteligível não é mais do que um complexo de formas, em número finito, determinadas por suas relações mútuas; por sua vez, a totalidade de todas as totalidades é a própria esfera inteligível, tendo em seu ápice a oposição correlativa de limite e ilimitado. Por fim, poderíamos supor que o número total das formas e suas determinações – ou seja, as relações precisas estabelecidas entre cada forma em um dado complexo de formas e as propriedades próprias a cada forma daí derivadas – estivessem perfeitamente estabelecidos desde sempre supondo-se a presença dos primeiros princípios (limite e ilimitado).

4. Agora podemos falar de Schelling. Afirmávamos que este autor compartilha com Platão a ontologia relacional e, portanto, a abordagem holista. A totalidade pressuposta por Schelling, todavia, não é apenas autodeterminada e sim autodeterminante, pois as determinações não são aqui concebidas como propriedades estanques de entidades imutáveis, e sim como resultados de processos. As determinações resultam de processos circulares de autodeterminação. Mesmo nesse contexto Schelling não está totalmente distante de Platão. Lembremos que, para Platão, o movimento capaz de mover a si mesmo e também a outro é princípio (*arché*) de todo movimento no universo (sensível).<sup>4</sup> Todavia, Platão não eleva esta estrutura reflexiva e processual a fundamento da própria esfera inteligível. Ela não é considerada princípio da filosofia como um todo. Esse é o passo a ser dado por Schelling. O primeiro princípio de seu sistema é a subjetividade absoluta. Não se

<sup>2</sup> Cf. Platão, *Filebo* (16c), in: *Sämtliche Werke*, Frankfurt am Main, Insel Verlag, 1991, v. VIII. Sigo a tradução de F. Schleiermacher, com uma pequena alteração: *péras* e *apeiron* são traduzidos respectivamente por ‘limite’ e ‘ilimitado’ e não ‘determinação’ e ‘indeterminação’. Os primeiros conceitos, a meu ver, expressam melhor o modo dinâmico como Platão trata a relação entre Uno e Múltiplo.

<sup>3</sup> Nesse ponto podemos perceber de que modo a Teoria dos Princípios, cerne da assim chamada Doutrina Não-Escrita de Platão na vertente interpretativa inaugurada pela escola de Tübingen (cf. H. C. de Lima Vaz, “Um novo Platão?”, in: *Síntese Nova Fase*, 50, p.101-113, 1990), reside já explícita no núcleo especulativo do diálogo *Filebo*. ‘Limite’ e ‘ilimitado’ correspondem, no *Filebo*, aos termos ‘Uno’ e ‘Diáde’ nas Doutrinas Não-Escritas. Para o aprofundamento desta tese, cf. E. Luft, “Contradição e Dialética”, in: *Síntese Nova Fase*, 75, p.455-502, 1996. Outra questão é saber em que medida Platão, via a crítica desenvolvida no *Parmênides*, teria se distanciado de sua concepção original e posto em questão a própria teoria das formas. C. C. Meinwald critica interpretações nesse sentido, defendendo a idéia de que o próprio diálogo *Parmênides* aponta as falhas e propõe correções na teoria das formas, que só a partir deste diálogo poderia ser considerada madura (cf. deste autor, “Good-bye to the Third Man”, in: R. Kraut (ed.), *The cambridge companion to Plato*, New York, Cambridge University Press, 1992, p.365-398). Para o argumento do terceiro homem, central para a crítica da teoria das formas, e a tese de que Platão supunha ter uma resposta para o problema, cf. G. Vlastos, *Studies in Greek Philosophy* (ed. D. W. Graham), Princeton, Princeton University Press, v.2, 1995, p.166s.

<sup>4</sup> Cf. Platão, *Leis* (895b), in: *op. cit.*, v. IX. Para Gadamer, Platão “[...] vê a essência da *phýsis* na *psyché*, ou seja, no princípio de automovimento que caracteriza o ser vivo” (Natur und Welt, in: *Hans-Georg Gadamer. Gesammelte Werke*, Tübingen, Mohr, 1999, v.7, p.423).

trata, todavia, de uma mera subjetividade transcendental, como em Fichte. A subjetividade absoluta é, para Schelling, não o princípio de ordem de uma mente humana, mas o princípio de auto-organização do próprio universo.

5. Para compreendermos a complexa arquitetura desenvolvida pela abordagem de Schelling, precisamos ter presente a transformação elaborada por Fichte na Filosofia Transcendental kantiana. Kant havia sido acusado por pensadores como Reinhold de não haver levado os postulados de sua própria filosofia até suas últimas conseqüências. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant estabelecera que a unidade sistemática é a característica própria de qualquer ciência.<sup>5</sup> Todavia, em sua realização concreta, o filósofo não tinha feito mais do que elencar as categorias e todas as demais estruturas transcendentais pressupostas no conhecimento de objetos. Ele não havia realizado uma verdadeira dedução – ou constituição *a priori* – das categorias. Fichte procurará, então, a partir de uma única idéia originária, de um princípio fundamental, engendrar todo o sistema do espírito humano, ou seja, derivar<sup>6</sup> de uma idéia única as representações acompanhadas do sentimento de necessidade e as categorias. O princípio em questão é a autoconsciência. A autoconsciência é uma estrutura reflexiva e dinâmica. Ela envolve um eu tematizante e um eu tematizado, manifestando em seu âmago a oposição complementar de sujeito e objeto. A autoconsciência não é possível sem consciência de objetos: não posso conhecer a mim mesmo a não ser no exato momento em que conheço algum objeto. Enquanto observo esta mesa à minha frente, sei também que estou observando esta mesa, tenho consciência de mim mesmo como sujeito cognoscente. Ou seja, para que a autoconsciência possa se realizar, a subjetividade precisa se diferenciar de um mundo de objetos por ela mesma produzido. Essa exigência dá ao sistema de filosofia uma estrutura inteiramente nova com relação àquela que conhecemos em Platão. A totalidade da esfera transcendental – o equivalente subjetivo da esfera inteligível platônica – não está dada desde sempre mas é construída por um processo de desenvolvimento que tem como fim, como *télos* último, a realização plena da autoconsciência. A filosofia de Fichte, Schelling e Hegel pode ser denominada teleologia da subjetividade incondicionada. O que fez Schelling – e Hegel, na justa medida em que foi influenciado por seu colega de Tübingen – foi transferir aquele processo do mundo subjetivo para o mundo objetivo, identificando subjetividade e razão objetiva.<sup>7</sup> O universo inteiro é concebido como um processo de desenvolvimento<sup>8</sup> desde níveis baixos até níveis elevados de

<sup>5</sup> “Porque a unidade sistemática é o que faz de um conhecimento vulgar ciência, ou seja, transforma um mero agregado em sistema (...)” (I. Kant, *Kritik der reinen Vernunft*, 3. ed., Hamburg, Meiner, 1990, B 860).

<sup>6</sup> Fichte fala em uma “dedução genética” (*genetische Ableitung*) dos elementos da consciência (“Über den Begriff der Wissenschaftslehre oder der sogenannten Philosophie”, in: *Fichtes Werke* (ed. I. H. Fichte), Berlin, de Gruyter, 1971, v. 1, p. 32).

<sup>7</sup> Cf. F. W. J. Schelling, “Darstellung meines Systems der Philosophie”, in: *F. W. Schelling. Ausgewählte Schriften*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1985, v. 2, p. 37s.

<sup>8</sup> Para a compreensão do método utilizado por Schelling como um processo de desenvolvimento que espelha a estrutura dinâmica e progressiva da própria natureza, cf. F. W. J. Schelling, “Zur Geschichte der neueren Philosophie”, in: *F. W. Schelling. Ausgewählte Schriften*, Frankfurt am Ma-

subjetividade. Cada fase de desenvolvimento é predeterminada pelo fim almejado e pela lógica do processo. A história é o autodesdobramento da subjetividade absoluta.

## 2 Para uma ontologia deflacionária

6. A marca característica de toda tradição filosófica de origem platônica, ou mesmo de boa parte da filosofia ocidental, é a tentativa de redução do Múltiplo ao Uno. Chegamos mesmo a reduzir o ato de pensar à rubrica desta definição singular: pensar é “unir representações em uma consciência”.<sup>9</sup> Pensar é subsumir uma multiplicidade de dados a uma forma subjacente *a priori*. Em contrapartida, o próprio ser não é senão a unidade subjacente a uma diversidade de fenômenos. A ontologia platônica das formas objetivas e a epistemologia kantiana das formas *a priori* da subjetividade transcendental, longe de perfazerem concepções teóricas inteiramente excludentes, são na verdade aspectos diversos de um e o mesmo projeto metafísico.

7. Todavia, a tentativa de redução do Múltiplo ao Uno tem o seu preço. A idéia básica que ela encerra é a tentativa de transmutar toda multiplicidade supostamente subdeterminada em multiplicidade determinada à luz de um princípio de ordem. Vimos como Platão realizara esta redução pressupondo, para a ordenação dos seres sensíveis, as formas, e para a ordenação das formas, os primeiros princípios de limite e ilimitado. Vamos à primeira dificuldade inerente a um projeto desse tipo: se há um princípio único a ordenar os eventos do universo, por que há a diversidade dos fenômenos? Não falo aqui de uma diversidade compreendida apenas como prolongamento da força unificadora do próprio Uno. Falo da noção mais originária do Múltiplo concebido como antítese do Uno, do Múltiplo a fecundar a subdeterminação e a novidade presentes no real, aquilo que resiste à ordem estrita emanada do Uno, embora não possa ser concebido como sua alteridade absoluta.

---

in, Suhrkamp, 1985, v.4, p.524 (Schelling utiliza o termo “*Prinzip des Fortschreitens*”, literalmente “princípio da progressão”, para denominar o método por ele utilizado no seu sistema construído na juventude e ainda considerado válido na maturidade – embora delimitado pela Filosofia Positiva). Para W. Schmied-Kowarzik, “também Schelling [como as teorias atuais da auto-organização do cosmos] trata desde 1799 de um grande processo de evolução da natureza, que produziu e ainda produz a partir de si mesma todas as suas configurações até o homem, no qual este processo se torna consciente (...)” (“*Von der wirklichen, von der seyenden Natur*”, Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1996, p. 168; cf. tb. p. 76, 154 e 174). Para uma interpretação diversa, cf. K. Gloy, *Das Verständnis der Natur*, München, Beck, 1996, v. 2, p. 76. Gloy considera, nesse contexto, que não há propriamente evolução efetiva no sistema elaborado por Schelling, mas apenas uma dedução metodológica com vistas à reconstrução teórica de estruturas que efetivamente estão desde sempre dadas, o que, do meu ponto de vista, contradiz a interpretação da Filosofia da Identidade elaborada pelo próprio Schelling no texto acima citado.

<sup>9</sup> I. Kant, *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können*, 7. ed., Hamburg, Meiner, 1993, §22.

8. O problema é antigo e remonta à crítica platônica, efetuada no *Parmênides*,<sup>10</sup> a certa versão estritamente dualista da teoria das formas, crítica posteriormente retomada por Aristóteles. O dualismo entre a esfera inteligível das formas e a esfera sensível dos fenômenos é uma tentativa de solução ao enigma do Múltiplo: enquanto parte da realidade sensível, os fenômenos são múltiplos, mas por também participarem – embora não plenamente – de uma e a mesma forma, enquanto sua estrutura inteligível ordenadora, os fenômenos têm algo em comum e estão em unidade. Ocorre que tal compreensão da teoria das formas, como denuncia a mencionada crítica de Platão, não resolve mas apenas posterga o impasse na tentativa de pensar o múltiplo: se a forma é uma e os fenômenos múltiplos, como explicar a participação destes naquela? Surge, assim, uma segunda e ainda mais crítica dificuldade. A participação exige que os fenômenos tenham algo em comum com a forma e, para explicar esta nova unidade subjacente ao diverso (agora caracterizado não pela mera distinção entre fenômenos mas pela dualidade fenômeno/forma), seria necessário postular uma nova forma unificadora.<sup>11</sup> Para além da multiplicidade incontrolada dos fenômenos, manifesta-se a multiplicidade incontrolada das formas. O que significa: o enigma do Múltiplo não é resolvido mas meramente transferido para a esfera inteligível. A crítica platônica revela o cerne do problema: todo esforço de tornar plenamente inteligível a presença da multiplicidade termina apenas por agravar a dificuldade. O mundo inteligível deixa de significar uma fonte de unificação e passa a ser o lugar próprio da multiplicação incontrolada de determinações. Desse dilema brota a chaga das metafísicas inflacionárias que têm na *Lógica* hegeliana possivelmente sua realização mais conseqüente.

9. De fato, os imponentes sistemas do Idealismo Alemão não foram capazes de superar dificuldades semelhantes. Os mesmos impasses reaparecem no contexto da postulação de uma dualidade entre empírico e transcendental: na busca de estruturas invariantes capazes de fundamentar uma compreensão incondicionada da natureza, mas sem poder recusar a presença de uma esfera do condicionado, Kant postulara a dicotomia entre sujeito empírico e transcendental. Todavia, as diferentes versões dualistas, em epistemologia ou ontologia, deixam intocado o enigma da multiplicidade. Mesmo Hegel, o célebre crítico das metafísicas dualistas, não foi capaz de liberar seu sistema da incômoda presença de dois 'começos' justapostos, como denunciara Schelling: o início *lógico* da investigação do pensamento puro e o início *real* estabelecido pela Filosofia da Natureza.<sup>12</sup> Por inflacionária que fosse, a metafísica hegeliana precisou recorrer à noção ambígua do ato de liberação absoluta [*absolute Befreiung*]<sup>13</sup> mediante o qual o devir lógico dá espaço

<sup>10</sup> Sobre este ponto, cf. E. Luft, *Contradição e Dialética, Síntese Nova Fase*, v. 23, n.75, p. 455-502, 1996 (cf. especialmente p. 478s).

<sup>11</sup> Cf. Platão, *Parmênides* (132e-133a), *Sämtliche Werke*, Frankfurt am Main, Insel Verlag, 1991, v.VII.

<sup>12</sup> F.W.J. Schelling, *Zur Geschichte der neueren Philosophie*, in: *Ausgewählte Schriften*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1995, v. 4, p.562.

<sup>13</sup> G.W.F. Hegel, *Wissenschaft der Logik*, in: *Georg Wilhelm Friedrich Hegel: Werke*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, v. 6, p.573.

ao devir real, àquele ato de autodemissão do Absoluto, a derrocada que torna explícita a própria impotência do Uno frente ao Múltiplo. O próprio Schelling, ao criticar em sua obra tardia o postulado da reflexividade absoluta, abriu espaço para a Filosofia Positiva que pressupunha como não redutível ao Uno o fato mesmo da existência das coisas, inaugurando a transição para formas contemporâneas de crítica à razão moderna.<sup>14</sup>

10. Como enfrentar o problema? Quero aludir a uma outra direção de pesquisa possível, inspirada na radicalização do pensamento platônico tardio e na crítica à teoria das formas. O próprio Platão conhecia perfeitamente bem os impasses advindos do recurso a um dualismo estrito entre esfera inteligível e sensível. Em sua obra tardia, como vimos, Platão elevava não apenas o Uno mas o Uno e o Múltiplo, limite e ilimitado a princípios da filosofia: o Uno é o fator limitante, o princípio de ordem que impõe a uma dada multiplicidade limites claros de expansão; o Múltiplo corresponde à presença mesma de um fator potenciador da diversificação, da multiplicação dos eventos em uma miríade de determinações potencialmente infinitas. Os seres existentes são produtos do balanço, da harmonia destas forças opostas. Precisaríamos ainda pressupor como postulados últimos, intocáveis, invariantes *enquanto princípios* qualquer outra entidade para além do par limite/ilimitado? Precisaríamos conceber as formas como estruturas invariantes engendradas necessariamente tendo por pressupostos aqueles princípios primeiros? Se esse fosse o caso, por que a própria esfera sensível estaria afastada deste movimento de plenificação, por que somente ela estaria imune à submissão integral ao poder unificador do Uno? Pergunto, portanto, se não seria possível radicalizar a proposta platônica de considerar o Múltiplo como princípio co-originário ao Uno, e não apenas como resíduo de uma construção pretensamente apriorista do mundo, como a legada pelos idealistas alemães.

11. Andando serenos na contramão da história, conduzindo nosso pensamento de Schelling a Platão, poderíamos rever a pretensão originária de reduzir o Múltiplo ao Uno. Estaríamos assim caminhando na direção de uma ontologia relacional deflacionária. Quero encerrar mostrando como a crítica a Hegel conduz justamente nessa direção, ou seja, a uma releitura do pensamento dialético inspirada na revisão de certos postulados do platonismo. Vimos que Hegel concebia o sistema das categorias como uma totalidade autodeterminante. Se há um princípio norteador da filosofia hegeliana é este: se as determinações pressupõem relações, as 'categorias' precisam ser mutuamente coerentes e, mais decisivo, se elas não podem se estabilizar como portadoras de determinação a não ser instanciadas como momentos de uma rede auto-referente, então a rede da qual elas são momentos tem de ser *autocoerente*. *Eis o princípio de toda atividade de pensamento: a autocoerência* - na verdade, também princípio organizador da esfera do ser, pois a filosofia hegeliana está baseada na convicção de uma identidade originária de ser e pensamento. Todavia, orientado pela teleologia do incondicionado, Hegel

---

<sup>14</sup> Cf. W. Schulz, *Die Vollendung des deutschen Idealismus in der Spätphilosophie Schellings*, Stuttgart/Köln, Kohlhammer, 1955.

supunha que a tematização do pensamento pelo próprio pensamento geraria *necessariamente* o vasto sistema categorial por ele produzido, ou seja, o saber absoluto. Procurei mostrar em *As sementes da dúvida*<sup>15</sup> que esta reivindicação exclui o uso crítico da razão e conduz ao colapso do princípio do sistema, e do sistema como um todo.

12. Mas podemos ir além de Hegel, e averiguar uma outra possibilidade: e se não há um único modo de tematização coerente do pensamento pelo próprio pensamento, e se as múltiplas possibilidades de tematizar consistentemente o próprio pensamento não estão previamente dadas, e se elas são instauradas no decorrer de uma história de efetivação cujo programa de desdobramento não está previamente dado? E se esta descoberta, sob o pressuposto da identidade originária entre pensamento e ser, pode ser generalizada à esfera dos primeiros princípios? Podemos, então, sair do marco da teoria hegeliana, do apriorismo nela implícito, e tematizar uma possível ontologia baseada em pressupostos semelhantes, embora rompendo com postulados centrais do hegelianismo. Temos os seguintes pressupostos de uma possível *ontologia relacional deflacionária*: a) todas as determinações possíveis de todos os eventos pressupõem relações; b) a instauração de qualquer determinação somente é possível no contexto de uma rede de determinações autocoerente e autodeterminante; c) mas, anti-hegelianamente, há múltiplos modos possíveis de estabelecer um sistema autocoerente de determinações, e tais possibilidades não estão prefiguradas *a priori* pela exigência da autocoerência do todo, mas são gestadas historicamente. O postulado da existência de uma esfera de essências imutáveis foi banido em nome de um princípio de ordem minimalista. O Uno e o Múltiplo devidamente conciliados, não há mais lugar para a oposição estrita e, portanto, o dualismo entre a esfera inteligível e a esfera sensível, entre o *lógico* e o real, em linguagem hegeliana. Mas esse é um assunto a ser tratado em outra ocasião.

---

<sup>15</sup> E. Luft, *As sementes da dúvida. Investigação crítica dos fundamentos da filosofia hegeliana*, São Paulo, Mandarin, 2001.